



Produzido pelos alunos-trabalhadores Jurandir dos Santos e Felix Pereira dos Santos do núcleo de Santo Amaro da Purificação - BA - CNQ



Foto nº 879014



Foto nº 862045



Foto nº 887039



Neoliberalismo ou democracia

Emir Sader

Com duas décadas de aplicação de programas de ajuste fiscal no figurino do FMI e do Banco Mundial, a América Latina vive sua pior crise social desde os anos 30, o que, por sua vez, corrói as bases do seu sistema político. Neoliberalismo e democracia revelam à superfície sua contradição antagônica.

Privilegiando a estabilidade monetária como suposta condição de um crescimento "saudável" e sustentado, as elites políticas e tecnocráticas provocaram o maior processo de concentração de renda, de exclusão social -no sentido de exclusão de direitos, a começar pelo direito a emprego formal-, de violência urbana e rural e de debilitamento rápido de sistemas políticos democráticos -conquistados com grande esforço nos países- do continente.



Foi imposta e consolidada a hegemonia do capital financeiro, mediante programas de estabilização monetária não baseados no fortalecimento estrutural de nossas economias - com crescimento industrial e agrícola, desenvolvimento tecnológico próprio, fortalecimento da

capacidade aquisitiva do mercado interno, projetos nacionais de construção de sociedades democráticas e humanizadas-, mas na atração de capital especulativo mediante taxas de juros astronômicas. Taxas que, por sua vez, impõem estagnação prolongada da economia, endividamento generalizado, elevação exponencial da dívida pública e empobrecimento maciço da população.

Essa corrosão das bases sociais da democracia leva à degradação dos siste-



mas políticos, ancorados em economias e Estados financeirizados, em máquinas de exclusão social capitaneadas pelos ministérios econômicos e pelos bancos centrais e em elites corruptas, que aceleram a privatização do Estado. Este se torna o campo de uma luta feroz entre os interesses públicos e os privados, contando estes com a promoção de grande parte dos governos. Nossos governos são elogiados pelas autoridades monetárias internacionais e rejeitados pelas opiniões públicas nacionais.

Essa corrosão do espírito público leva a um esgotamento da legitimidade dos sistemas políticos, que, como peixes, começam a apodrecer pela cúpula do Estado, pelas elites dominantes. "Autoridades" econômicas se revelam simples agentes de instituições financeiras privadas. Governantes compram votos dos parlamentares. Militares tutelam sistemas políticos que supostamente são civis e democráticos.

Fortunas são acumuladas à custa do patrimônio público, superando todos os patamares de corrupção conhecidos na his-

tória de uma elite latino-americana reconhecidamente patrimonialista. A América Latina requer uma radical revolução democrática social, política e moral. Requer a ruptura com as políticas do FMI e do Banco Mundial, com a afirmação da soberania de nossos Estados, apoiados na integração continental do México ao Uruguai

e numa ampla política de alianças internacionais, que privilegie o sul do mundo, a começar pela China, pela Índia e pela África do Sul. Internamente isso requer políticas de distribuição de renda que façam da capacidade reprimida de consumo popular a alavanca para a expansão produtiva da economia industrial e agrícola, para a geração de mais empregos,

para o investimento tecnológico e para a reconstrução de sujeitos sociais e políticos democráticos.

A América Latina está numa encruzilhada: ou avança no caminho da desagregação social, da renúncia definitiva da sua soberania política e da consolidação de economias novamente primário-exportadoras ou se afirma como um continente coe-

***Que nos deixem
construir nosso
próprio destino,
da mesma forma
que fomos
capazes de
construir nossa
identidade
cultural***



so, com projeto próprio, com objetivos prioritariamente democráticos, sociais e culturais, desenhando uma identidade própria e um caminho próprio também.

Vivemos um século extraordinário, em que afirmamos nossa capacidade de romper com economias primário-exportadoras, de avançar no caminho da industrialização, de construir Estados que garantiram direitos de setores até ali marginalizados e de construir uma arte respeitada mundialmente na literatura, na pintura, na escultura, no cinema, no teatro e na música.

Como disse Gabriel García Márquez, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura de 1982, que nos deixem construir nosso próprio destino, com objetivos definidos por nós mesmos, da mesma forma que fomos capazes de construir nossa identidade cultural. Não reivindicamos outros "cem anos de solidão", mas precisamos fazer destes "tempos de cólera" uma alavanca para romper com a resignação de sermos "mercados emergentes" e construir uma civilização latino-americana. ■

Emir Sader, 57, é professor de sociologia da USP e da UERJ e autor de "Século 20: Uma Biografia Não-Autorizada" (ed. da Fundação Perseu Abramo), entre outros.

*Fonte: Folha de São Paulo, 02.10.2000. Tendências e Debates.
Charge: **Jorge Cayres**, aluno-trabalhador do núcleo de Jundiaí - SP*



Números da desigualdade e pobreza no Brasil

José Carlos Pereira Peliano

QUADRO I APROPRIAÇÕES DE RENDA DOS 10% MAIS RICOS DA POPULAÇÃO - PAÍSES SELECIONADOS - ANOS NOVENTA

10% MAIS RICOS POR PAÍSES*	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA RENDA
1º) BRASIL	50,0%
2º) ZÂMBIA	46,4%
3º) QUÊNIA	45,8%
4º) PARAGUAI	44,2%
5º) PERU	42,9%
6º) TURQUIA	40,7%
7º) MÉXICO	40,6%
8º) MALÁSIA	39,8%
9º) FILIPINAS	37,0%
10º) ARGENTINA	35,2%
11º) SRI LANKA	34,7%
12º) TAILÂNDIA	34,1%
13º) ÍNDIA	33,6%
14º) PORTUGAL	33,4%
15º) EGITO	33,2%

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; nota: * A colocação do país tem a ver com o grau de sua desigualdade de renda, quanto melhor colocado o país maior a desigualdade e vice-versa

QUADRO II APROPRIAÇÕES DE RIQUEZA DO 1% MAIS RICO DA POPULAÇÃO PAÍSES SELECIONADOS - FINAL DOS ANOS OITENTA

APROPRIAÇÕES	BRASIL	GRÃ-BRETANHA	ESTADOS UNIDOS
Renda	17%	8%	8%
Riqueza	53%	29%	26%

FONTE: R. Gonçalves, "Distribuição de riqueza e retomada do desenvolvimento", Teoria & Debate, nº 14, maio de 1991, p. 58-61.

**QUADRO III** DISTRIBUIÇÃO DA RENDA TOTAL NO BRASIL POR DECIS (1960-90)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDA

DECIS	1960	1970	1980	1990
Primeiro (+pobre)	1,17	1,16	1,18	0,81
Segundo	2,32	2,05	2,03	1,80
Terceiro	3,42	3,00	2,95	2,20
Quarto	4,65	3,81	3,57	3,04
Quinto	6,15	5,02	4,41	4,06
Sexto	7,66	6,17	5,58	5,47
Sétimo	9,41	7,21	7,17	7,35
Oitavo	10,85	9,95	9,88	10,32
Nono	14,69	15,15	15,36	16,27
Décimo (+rico)	39,66	46,47	47,89	48,69

FONTE: Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais, IPEA, Texto para Discussão nº 454, jan/97, p. 27.

QUADRO IV DISTRIBUIÇÃO DA RENDA TOTAL NO BRASIL POR DECIS (1993-97)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA COM RENDA

DECIS	1993	1995	1996	1997
Primeiro (+pobre)	0,7	1,0	1,0	1,0
Segundo	1,7	2,1	2,1	2,1
Terceiro	3,0	2,5	2,5	2,5
Quarto	3,2	3,4	3,5	3,5
Quinto	4,3	4,4	4,5	4,5
Sexto	5,6	5,6	5,7	5,8
Sétimo	7,1	7,4	7,5	7,5
Oitavo	9,9	10,3	10,3	10,3
Nono	15,5	16,2	16,1	16,1
Décimo (+rico)	49,0	47,1	46,8	46,7

FONTE: IBGE (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio - PNAD).

**QUADRO V** EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL
(MÉDIAS ANUAIS EM R\$ 1,00 DE 1994*) - BRASIL 1994-98

ANOS	SALÁRIO MÍNIMO REAL *	VARIAÇÃO ANO A ANO EM PERCENTAGEM
1995	131,0	22,6
1996	131,9	0,7
1997	123,2	-6,6
1998	119,3	-3,2
1999**	113,6	-4,8

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego

Notas: * Média anual, valores de dezembro de 1994, deflacionados pelo IGP-DI/FGV; ** janeiro

QUADRO VI NÍVEIS DE SALÁRIO MÍNIMO DE ALGUNS PAÍSES - EM R\$1,00

PAÍSES	VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO	SALÁRIO MÍNIMO DE OUTROS PAÍSES EM RELAÇÃO AO DO BRASIL
AUSTRÁLIA	2.098	15,4
BÉLGICA	2.006	14,7
HOLANDA	1.878	13,8
FRANÇA	1.746	12,8
CANADÁ	1.672	12,3
ESTADOS UNIDOS	1.614	11,9
NOVA ZELÂNDIA	1.399	10,3
JAPÃO	1.060	7,79
GRÉCIA	959	7,05
ESPANHA	924	6,79
PORTUGAL	726	5,34
MÉXICO	188	1,38
PERU	179	1,32
URUGUAI	149	1,09
BRASIL	136	1,00

FONTE: Datafolha

QUADRO VII VENDAS À POPULAÇÃO NO COMÉRCIO VAREJISTA DO NORDESTE E SUDESTE - JANEIRO DE 1995 À MAIO DE 1999

ÍNDICE DO FATURAMENTO* OU DO CONSUMO DA POPULAÇÃO**			
ATIVIDADES	JANEIRO 95	MAIO DE 99	
		RECIFE	RIO DE JANEIRO
SUPERMERCADOS	100	92,4	101,1
MERCEARIAS	100	79,8	64,7
LOJAS DE DEPARTAMENTOS	100	67,8	46,8
FARMÁCIAS	100	88,9	53,6
VESTUÁRIO	100	63,0	58,5
ARTIGOS USO PESSOAL	100	58,0	46,7
MÓVEIS/ELETRODOMÉST	100	71,1	54,1
AUTOMÓVEIS E PEÇAS	100	53,4	63,6
COMBUSTÍVEIS	100	78,2	94,7
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	100	82,2	64,4

FONTE: IBGE (Faturamento real do comércio varejista)

Nota: * base do índice, jan = 100 (os números correspondentes às vendas de janeiro de 95 em cada atividade foram iguais a 100); ** a contrapartida do faturamento do comércio é o consumo da população.

QUADRO VIII ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO* DE PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA

PAÍSES	ÍNDICE*	COLOCAÇÃO
CHILE	0,893	30º
COSTA RICA	0,889	34º
ARGENTINA	0,888	36º
URUGUAI	0,885	38º
PANAMÁ	0,868	45º
VENEZUELA	0,860	46º
MÉXICO	0,855	49º
COLÔMBIA	0,848	53º
BRASIL	0,809	62º

FONTE: Organização das Nações Unidas (ONU)

Nota: * O índice leva em conta as condições de saúde, educação e expectativa de vida da população - quanto menor o índice piores as condições de vida e trabalho, e vice-versa.



QUADRO IX RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS CONJUNTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS 1994-99

ANOS	RENDIMENTO MÉDIO REAL	VARIAÇÃO NO PERÍODO (%)
1995	118,03	10,65
1996	126,72	7,36
1997	129,27	2,01
1998	128,69	-0,45
1999*	122,31	-5,96

FONTE: IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego - PME); nota: * janeiro a maio.

QUADRO X RENDA INTERNA E DÍVIDA EXTERNA POR HABITANTE (US\$ 1,00) BRASIL 1994-98

ANOS	RENDIMENTO MÉDIO REAL	VARIAÇÃO NO PERÍODO (%)
1995	118,03	10,65
1996	126,72	7,36
1997	129,27	2,01
1998	128,69	-0,45
1999*	122,31	-5,96

FONTE: IBGE E BACEN

Notas: * dívida financeira contabilizada pelo Banco Central; ** renda destinada ao consumo, investimento e poupança por habitante - a retirada da parcela da dívida externa é feita para se saber quanto da renda nacional está comprometida com os compromissos externos.

QUADRO XI GOVERNO FEDERAL DO BRASIL - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROGRAMAS SOCIAIS SELECIONADOS 1995-99 - VALORES LIQUIDADOS (R\$ MILHÕES)*

PROGRAMAS	LIQUIDADO	LIQUIDADO	LIQUIDADO	LIQUIDADO
	1995	1996	1997	1998
Organização agrária	1.196,2	1.181,0	1.479,7	1.545,3
Educação	9.441,8	8.862,2	9.025,3	9.338,7
Saúde	14.208,1	12.917,8	14.619,3	14.017,2
Assistência	1.208,1	1.422,2	2.225,2	3.116,0
Total (a)	26.054,2	24.383,2	27.349,5	28.017,2
Total Orçamento (b)	299.822,6	323.860,7	408.023,2	502.046,6
(a/b) %	8,69	7,53	6,70	5,58

FONTE: Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e Prodasen; nota: * a preços de junho de 1998 (IGP-DI).



O desenvolvimento científico e técnico alcançado pela sociedade moderna é impressionante e se destaca ao longo da história das civilizações, mostrando como a capacidade humana de entender a natureza e dela produzir bens e serviços pode atingir níveis inquestionáveis de utilidade, qualidade e eficiência. Estão aí, entre outros, a roda, as naves espaciais, a vacina contra a paralisia infantil, os computadores, a engenharia genética, a televisão, o telefone celular, a aspirina e a ressonância magnética. Esse avanço sem precedentes da ciência e da tecnologia, no entanto, não é acompanhado pelo bem-estar de toda a humanidade, de todos os povos, de todas as pessoas.

Há diferenças consideráveis nos padrões de bem-estar ao se levar em conta a quantidade de bens e serviços produzidos e a quantidade de bens e serviços consumidos. A acumulação de riqueza de um lado, contrasta com a inexistência de posses de outro. A conhecida história de muitos terem pouco e poucos terem muito retrata bem a distribuição dos benefícios propiciados pelo desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade moderna. Daí serem ricos os que detém o poder de



comandar e acumular bens e serviços e pobres os que não têm acesso a essa ordem e progresso estabelecidos.

Os despossuídos podem ser descobertos de muitas maneiras. Há diversos padrões de caracterização, bastando que se ande hoje pelas ruas do Brasil, por exemplo, e os veja dormindo sob as pontes, perambulando pelas calçadas, catando restos do lixo, cheirando cola, vendendo coisas nos sinais de trânsito, pedindo esmolas e esquecidos num asilo de velhos ou atrás das grades. Podem também ser localizados pelo tamanho do salário que ganham ou da renda que juntam no fim do



mês, pelo nível de educação que atingiram, pelas condições de saúde que apresentam, pela qualidade de moradia que têm ou pelos tipos de serviços públicos que lhes reservam o Estado.

Caracterizar a situação da pobreza no país, portanto, não é uma tarefa simples, como é o desejo e o esforço que se tem que fazer para dela sair algum dia ao longo da vida de um indivíduo. Mais que ir atrás da pobreza, a tarefa tem que começar por fazer chegar a todos, e do mesmo modo, os benefícios da ciência e da tecnologia, não discriminando os indivíduos seja pela cor, idade, sexo, nível de instrução, ideologia, religião, trabalho ou renda. Quaisquer dessas manifestações de pobreza, e todas elas, estigmatizadas pela falta de acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, não significam de forma alguma pobreza de espírito. Talvez a maior mazela humana seja a arrogância da riqueza que a todos trata com a violência da desconsideração, do desprezo, da discriminação.

Contar o contingente de pobres no Brasil, portanto, importa menos do que começar a trabalhar para erradicar a pobreza no país. Qualquer contagem, apoiada num ou noutro indicador social ou econômico, não

vai mostrar nunca o tamanho do sofrimento, da dor, da impotência e da segregação que sente um pobre e todos os pobres. Que as contagens sirvam tão somente como referência do tamanho do esforço que toda sociedade brasileira deverá fazer, ao lado das instituições constituídas e do Estado, para dar dignidade, respeito e condições de trabalho e vida aos que não têm acesso aos padrões sociais mínimos de cidadania.

Esforço esse que deve combater as causas estruturais e conjunturais da pobreza. Em outras palavras, desmontar os entraves políticos, econômicos e sociais que mantêm o contingente de pobres ao longo da história do país, bem como desativar os mecanismos que de uma hora para outra, diante da evolução da economia, empurram mais indivíduos para o círculo da pobreza. As ações devem ser de ordem duradoura e provisória, esta para atender problemas que obtenham resultados imediatos e inadiáveis, já aquela para construir formas mais humanas e igualitárias de tratamento dos indivíduos na sociedade.

De qualquer jeito, o caminho não pode ser diferente de fazer chegar aos pobres o que comer, o que vestir, como aprender, onde trabalhar, onde morar e onde cuidar de sua saúde. E todos esses



direitos fundamentais da pessoa humana devem ter, para os pobres, a qualidade e a importância que os ricos igualmente tiveram e vêm tendo no país. De fato, combater a pobreza não é nada mais



De fato, cabe ao Estado a tarefa de indutor, catalisador, ordenador e vigilante das ações públicas de combate à pobreza. Não será o mercado com a ética do economicamen-

do que fazer do pobre um cidadão, dando-lhe condições de viver a sua vida sem as privações que a economia de mercado lhe tem trazido e que o neoliberalismo tem exacerbado nos últimos tempos. Toma vulto, assim, o papel do Estado e do próprio cidadão. Este para influir efetivamente nos destinos da sociedade, e junto com ela; aquele para assumir, de novo, a sua função de reordenador dos rumos da ordem econômica que acaba mantendo e alargando a pobreza.

te mais forte que vai tratar a todos os agentes econômicos de forma menos desigual. Exemplos têm sido muitos sob o neoliberalismo, mesmo nos países mais desenvolvidos, onde aumenta a pobreza em boa parte fruto do desemprego crescente, mas, ao mesmo tempo, da atuação social dos governos que querem ter ações mínimas para se livrar, deixando à arena do mercado, do seu dever de proteção dos pobres, dos despossuídos, dos discriminados. ■

José Carlos Pereira Peliano

Doutor em economia pela UNICAMP, professor do Programa de Pós graduação em Gestão Tecnológica do CEFET - PR e assessor da liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados



Pós-guerras

Luis Fernando Verissimo

Guerras Mundiais são coisas sujas, barulhentas e arriscadas que, no entanto, têm o seu valor.

Um pouco como o pregão da Bolsa. As guerras mundiais funcionam como pontuação, e sem elas a História deste século nunca mudaria de parágrafo.

O próprio século deve o seu começo à I Guerra Mundial. Sem ela o século XIX, que foi um século chatíssimo, teria se prolongado muito além da sua fronteira cronológica e você e eu ainda andaríamos por aí usando espartilhos ou grandes bigodes. Ou espartilhos e grandes bigodes. A I Guerra Mundial encerrou o século XIX providencialmente em 1914, ponto e nova linha.

Ah, o pós-guerra de 1914. A idade do Jazz. Baixou a moral e levantaram-se as saias. A rainha Vitória ainda não tinha esfriado e Freud já estava insinuando todas aquelas coisas sobre nós e a nossa mãe. A Semana de Arte Moderna, em São Paulo, Mário e Oswald dançando o maxixe na ponta do edifício





Martinelli antes de ele ser construído. Joyce lançando *Ulisses*, em Paris, Eliot lançando *The Waste Land*, em Londres, Scott lançando *Zelda* dentro da fonte em Nova Iorque, ah, os anos loucos. Mas nossos pais, naquelas sombrias fotografias de família, não pareciam estar se divertindo muito. O cinema começou a falar e nunca mais parou. Depois que Lindbergh cruzou o Atlântico, todo mundo quis fazer o mesmo. Scott, *Zelda*, Ernest, Gertrudes, *Sacadura*, Gago, Zeppelin, os irmãos Marx... todos dentro do mesmo camarote. Os Fords saindo das fábricas em série e os especuladores se atirando das janelas, no crack do mercado, sem qualquer organização. Getúlio e Oswaldo dançando o pezinho na ponta do obelisco da avenida Rio Branco, *Zelda* atirando Scott no Sena, Hitler limpando a espuma do chope do bigode, botando as mãos sobre a mesa para se levantar e declarando: "É hoje!"

Ah, o pós-guerra de 1945. Stalin ainda não tinha esfriado e Kruschev já estava insinuando que, entre outras coisas, ele comia meleca. Tempos de Lúcio Alves, rabo-de-peixe, gripe asiática e strogonoff. O vestido saco. O

Sputnik. Meu Deus, a UDN! Obdulio Varela, Eisenhower e bambolê. A televisão, o jato, o transistor, o rock-balada. Os tecidos sintéticos, um certo sorriso e Jânio Quadros. Pouco depois, os Beatles. Você ia dormir em 31 de março e acordava em 1º de abril, dia após dia, sem parar, como um chuveiro mal fechado. E por um breve e fulgurante momento – o monoquini. Um dia você liga a televisão e grita: "Ei, tem um escafandrista na Lua!", mas é um americano, e só o que ele tem a dizer é: "Bacana, viu? Bacana mesmo". Rambo I, Rambo II e Rambo III, a saturação. Lady Di. Boy George, Kadafi. E Jânio Quadros.

Ah, os anos pós-guerra de 1986. Ir aos melhores restaurantes e sempre encontrar lugar. Não precisar mais pagar eletricidade, pois você brilha no escuro. Saber que quando quiser você pode pegar o trem noturno Rio-São Paulo com a Monique Evans sem fazer reserva. Teoricamente, pois não existe mais o trem noturno, nem Rio, nem São Paulo, e a Monique Evans é só um umbigo na memória, e como dói. Na arte depois do pós-moderno, chegou o pós-tudo. Sozinho na sua caverna você ten-



ta reinventar a pintura em paredes, mas não lembra mais como é mamute. Ah, loucos anos. Pela primeira vez na História do mundo alguém pode dizer que é todo ouvidos sem estar sendo metafórico. Um dia você houve dizer que sobrou mais gente no mundo além de você e seu grupo de sauna, com o qual você só conversava sobre dietas e calorias e realmente não tem mais assun-

to, e você parte para procurá-los. Finalmente, convívio civilizado. Conversa interessante, intercâmbio cultural, quem sabe um romance? Você atravessa um deserto borbulhante que separa você da colônia de sobreviventes cuja fumaça enxergava no horizonte. E descobre que de fato sobraram mais três pessoas no mundo. A Margaret Thatcher e dois Menudos. ■



Relação com a comunidade

Na prática política tradicional, a relação entre a prefeitura e a comunidade configura um modo específico de legitimação do poder local, uma maneira de buscar o consenso social que induz o controle do Estado sobre a sociedade. Os procedimentos básicos dessa relação – que atuam em todos os níveis, e não apenas na esfera municipal – incluem a

predominância do ponto de vista do Estado, o populismo e o clientelismo. O poder administrativo veicula o ponto de vista do Estado e apresenta a prefeitura como controladora do conhecimento e da ação social, opondo dirigentes (na prefeitura) a dirigidos (na comunidade ou, mais especificamente, nas classes populares). Seus instrumentos prediletos são o segredo burocrático, o monopólio de informações e o uso de linguagens cifradas (como códigos e pareceres jurídicos, contabilidade orçamentária etc.), acessíveis apenas aos iniciados. O populismo, calcado na “doação” de direitos por um lí-



der, remete as escolhas dessa doação ao poder unilateral do doador, aprofundando o controle sobre a comunidade. Algo similar ocorre no caso do clientelismo, instrumento de cooptação sustentado no intercâmbio de favores.

Inverter a relação subordinada entre a sociedade e o Estado e alterar o modo de legitimação do poder político local, baseando-o na *cultura política dos direitos*: eis o desafio de fundo para as administrações democráticas e populares. Isso implica a limitação do poder político, pois o direito enunciado torna-se elemento de controle da comunidade sobre esse mesmo poder. Assim, para conservarem legitimidade, os detentores do poder devem atuar segundo as leis e normas, renunciando a boa parte de sua margem de manobra.

A proposta neoliberal, em sua forma pura, implica também a limitação do po-



der político. Sua fonte de legitimação, porém, encontra-se na liberdade econômica, e não nos direitos sociais e políticos. Remete ao mercado, cujo agente é a iniciativa privada, e não à sociedade, cujos agentes são os cidadãos, as entidades e movimentos sociais. E propõe o encolhimento “físico” do Estado – dando

lugar à iniciativa privada -, em vez da ampliação do espaço público para dar conta dos direitos já garantidos e dos recém-conquistados.

No entanto, a proposta neoliberal dissocia a limitação dos poderes estatais e a ampliação dos controles da sociedade sobre o Estado, omitindo assim parcela importante da herança liberal. Tal herança é resgatada pela cultura política dos direitos; ao atuar visando a ampliação dos direitos de cidadania, as administrações democráticas e populares recuperam e aprofundam alguns aspectos fundamentais do pensamento liberal, num embate político e ideológico com o neoliberalismo e o liberal-conservadorismo.

O exercício da cultura dos direitos não

“A Cultura dos direitos se exerce no cotidiano do Governo Municipal. Ela exige atuação ética permanente, tanto no preenchimento dos cargos públicos como no atendimento das reivindicações individuais e coletivas”.

é abstrato nem longínquo; ele deve realizar-se no cotidiano do poder político local. Entre seus pressupostos está o reconhecimento do caráter estratégico da dimensão ética. É desnecessário enfatizar a ligação entre a prática usual do aproveitamento de cargos públicos para fins privados – por vezes abertamente escusos –

e a avaliação bastante negativa que a opinião pública faz dos políticos em geral. Por isso, o primeiro princípio básico a resgatar consiste no mais absoluto respeito à moralidade no trato da coisa pública.

A substituição do uso clientelista dos empregos públicos, das doações de terrenos ou moradias e do atendimento “personalizado” por concursos públicos idôneos, por critérios claros de acesso a programas habitacionais e por procedimentos transparentes e comuns a todos para a prestação de serviços públicos opera uma mudança radical na relação da prefeitura com a comunidade. Assumir essa postura implica negar qualquer atendimento direto ou especial, mesmo para amigos e aliados políticos. O que chega a gerar situações em-



baraçosas, pois a cultura do favorecimento, impregnada na sociedade, vem à tona quando menos se espera.

O relacionamento entre o Executivo e o Legislativo municipais também pode criar obstáculos à alteração das relações Estado-Comunidade. Na doutrina de separação de poderes, o legislativo tem sua independência assegurada constitucionalmente. Mais ainda, no âmbito de um processo transformador, o fortalecimento do legislativo diante do executivo assume grande importância. No entanto, o predomínio do clientelismo na relação entre os dois poderes tende a manter o legislativo subordinado ao Executivo, detentor da maior parcela do poder administrativo -, que no esquema tradicional, inclui a possibilidade de nomear ou demitir afilhados. Para além de uma eventual alteração de atribuições entre Executivos e Legislativo, o fortalecimento político real deste último supõe seu ingresso no terreno da disputa pela hegemonia, ao lado dos movimentos sociais, e o desmonte dos procedimentos clientelistas que conferem aos vereadores – mesmo aos mais combativos, ligados às organizações populares – o papel tradicio-

nal de “despachantes políticos” para os eleitores.

Da parte de uma administração democrática e popular, é necessário antes de mais nada garantir um tratamento igualitário a todos os vereadores e a plena democratização de informações, extensiva à Câmara Municipal. Deve-se admitir, todavia, que a clientela potencial dos vereadores se alimenta dos mecanismos de troca de favores usuais na vida política brasileira – mecanismos dominantes na administrações tradicionais e ainda encontrados, embora em escala decrescente, no relacionamento entre as prefeituras democráticas e a população. A eliminação do clientelismo passa pela substituição desses mecanismos viciados (mas ainda assim eficazes) por *canais transparentes e mais eficazes* de resposta às reivindicações populares.

Convém lembrar que as transformações na relação entre prefeitura e comunidade depende de três agentes diversos: Governo, aparelho administrativo e comunidade. Ou seja, apenas a vontade política dos detentores do executivo é insuficiente para efetivá-las. ■



Crescendo com Cidadania e Organização Social

Pronamazon

A PRONAMAZON é uma empresa comunitária de beneficiamento de fibra de coco. Uma nova forma de organização que a comunidade de Praia Grande desenvolveu como forma de complementar sua renda através de insumos tecnológicos.

É na empresa que chegam os rolos de fibras que transformam-se em mantas, ganham látex, só colocadas em uma forma e vão ao forno até se transformarem em apoio de cabeças levados para a fábrica da Mercedes-Benz e instaladas em caminhões.

O lucro da PRONAMAZON é dividido entre os moradores de Praia Grande, responsáveis pelo gerenciamento da empresa. Este é apenas um exemplo de como organização comunitária, parceria e tecnologia podem garantir o desenvolvimento sustentável já que a fibra de côco é um recurso natural renovável que substitui o material sintético.



**NEOEXTRATIVISMO**

O neoextrativismo no Acre

A extração de madeira e a pecuária sempre significaram ameaças ao meio ambiente amazônico. No Acre, ainda mais. Cinquenta por cento das matas da capital Rio Branco e 9,3% do resto do estado foram destruídas pela criação de gado de corte. Outra consequência dessa política foi o aumento do desemprego urbano. Sem opção de trabalho no interior, a migração para cidade cresceu muito, mas a oferta de emprego não aumentou na mesma proporção.

A criação da Secretaria de Florestas e Extrativismo (Sefe), em Rio Branco, pode levar o Acre a tornar-se um modelo do desenvolvimento sustentado. A proposta da secretaria baseia-se numa nova terminologia: o neoextrativismo. "Neo" porque incorpora tecnologia e defende uma economia voltada simultaneamente para o social e para as exigências do mercado. Como pano de fundo, a tradicional atividade extrativista de borracha.

Para a demanda nacional de 15 mil toneladas de borracha, o que se produz no Acre - 2,5 mil toneladas - ainda é muito pouco, principalmente ao se considerar que há cerca de 10 anos produzia-se 12 mil toneladas de borracha na região. Hoje o principal produtor do país é São Paulo com sua borracha de cultivo - na qual as seringueiras são plantadas próximas uma das outras dando mais rapidez à extração. Por isso, a política neoextrativista prevê que nas cooperativas do Acre se trabalhe com afinco nos meses de julho e outubro quando é período de entressafra no Sudeste. E ainda, o governo estadual passou a dar incentivos financeiros à produção, sensivelmente reduzida depois que o subsídio federal começou a atrasar.

A longo prazo e apostando na diversificação de produtos, há as plantações de palmito de pupunha, o cupuaçu e da pimenta longa, que de tão abundante, é considerada uma praga pelos seringueiros. Mas da folha da pimenta é possível extrair um óleo - o safrol - usado como fixador de perfumes e inseticidas. Um hectare de pimenta produz seis toneladas de folha ou 150 litros de safrol que é vendido a US\$ 6 por litro. Os seringueiros da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, a CAEX, são os principais interessados na comercialização do safrol.



Os Pioneiros de Rochdale e os princípios do cooperativismo

Mônica Rique

O que é o movimento cooperativista hoje? Como ele se insere na luta dos trabalhadores para mudar as leis econômicas a seu favor? Será a "implantação de cooperativas e de outras instituições de cunho socialista um processo que poderá ou não desembocar numa resolução social-socialista?"¹

Quer estejamos envolvidos em debates como estes, quer estejamos analisando um contrato de seguro-saúde de uma empresa cooperativa, obrigatoriamente iremos encontrar menção aos Pioneiros de Rochdale.

Quem foram estes 28 tecelões que em uma pequena cidade inglesa, se juntaram e fundaram, em 1844, uma sociedade cooperativa, abriram uma loja e formularam princípios que se tornaram a base de um movimento internacional? Quem eram seus companheiros de lutas? Onde moravam, trabalhavam e se divertiam estes trabalha-

dores? Como eram as mulheres e as crianças daquela época? Ou seja, como era a sociedade que gestou este movimento?

São curiosidades deste tipo que tentaremos satisfazer, traçando um breve panorama das condições da classe trabalhadora inglesa na primeira metade do século passado.



Como vivia a classe trabalhadora inglesa na era dos pioneiros

A vida não era fácil para aqueles cujo o trabalho contribuiu para o processo de industrialização. A grande maioria dos trabalhadores eram trabalhadores agrícolas recém-chegados às cidades, expulsos da terra. Nas fábricas, encontravam-se trabalhando facilmente mas a jornada era de 15, ou até 17 horas/dia. O ritmo das máquinas, a rotina e as condições perigosas, tornavam o trabalho uma opressão. As fábricas eram escuras, quentes e pouco arejadas. A ex-



pectativa de vida da população era de 21 anos.

“Em Londres, de maneira geral, os pobres não podem escolher onde morar, sendo obrigado a acomodar-se às circunstâncias nas quais foram colocadas pelo seu emprego”²



Se as condições de trabalho eram péssimas, as de moradia não ficavam atrás. Os operários moravam em habitações superlotadas e sujas. Os solteiros deixavam suas famílias no campo e viviam em barracões com outros membros do mesmo sexo. Se perdiam o emprego, também perdiam o abrigo. Como o sistema de transporte público era praticamente inexistente, o trabalhador ficava restrito a morar, por piores que fossem as condições, a um raio de distância que possibilitasse ir a pé ao trabalho. Londres, Manchester ou Lancashire, não comportavam o acúmulo de gente que para lá se deslocava em busca de trabalho.

O abastecimento de água era precário, faltavam sistemas de esgoto e aquecimento.

Os trabalhadores viviam num mundo social e geograficamente separado das classes média e alta. Eram dois mundos distintos e com pouco contato entre si. Fora da fábrica e de casa, a vida dos traba-

lhadores girava em torno de bares ou algum lugar de reunião. Domingo era o único dia de folga. Bebiam e dançavam tanto, que as faltas na segunda-feira se tornaram tão frequentes que passou a se chamar “segunda-feira santa”. Bebedeiras com gin eram denunciadas por todos, fosse pelas próprias sociedades operárias, fosse pelos reformadores.

Engels resume o contexto da vida urbana desta forma:

“o que é verdadeiro para Londres é também para Manchester, Birmingham e Leeds, é também para todas as grandes cidades. Em toda parte que se vê á a indiferença bárbara, a dureza egoísta de um lado a miséria de outro. Em toda parte, guerra social, em toda parte pilhagem recíproca com cobertura da lei e tudo com um cinismo...”³

A mulher trabalhadora ganhou no sé-



culo XIX uma relevância extraordinária. Antes do capitalismo industrial, as mulheres ganhavam seu sustento como fiandeiras, costureiras, fabricantes de botões ou de rendas, empregadas ou da lavoura. O trabalho barato sempre foi associado às mulheres. No entanto, nem todo trabalho barato era considerado apropriado para elas, achava-se então, que as mulheres eram aptas para trabalhar nos têxteis, na confecção do calçado, no tabaco e na alimentação. Mas acima de tudo, contratar mulheres significava que os patrões poupavam nos custos de produção.

*“À medida que o trabalho manual requer menos habilidade e força, ou seja, à medida que a indústria moderna se desenvolve, o trabalho de crianças e mulheres tende a substituir o trabalho dos homens”.*⁴

A diferença dos homens e das mulheres era chocante. Os salários dos homens incluíam no custo de subsistência e de produção. Naquela sociedade entendia-se que cabia ao homem fornecer os alimentos dos filhos até os mesmos se tornarem adultos. Em

outras palavras, a despeito do significado biológico, os homens eram responsáveis pela reprodução da família. Diante disso, os sindicatos, em sua grande maioria, procuraram proteger os empregados e os salários dos homens e aceitavam como inevitável os salários femininos serem mais baixos. Argumentavam que estrutura física da mulher determinava o seu destino de mãe e de dona de casa.

E os jovens filhos de classe operária? O emprego de crianças e de adolescentes nas fábricas foi intensamente utilizado: as máquinas à vapor operadas por elas produziam mais e davam mais lucro aos seus donos, o que era explicado pela baixa estatura e delicadeza das mãos. A jornada de trabalho a que eles se submetiam era de 12hs/dia.



“Nas fábricas onde a disciplina do operário era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis e mais baratas as mulheres e crianças: de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, 1/4 eram



homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante, de rapazes abaixo de 18 anos".⁵

Poucos freqüentavam as escolas, pois elas eram controladas pela iniciativa privada ou por organizações religiosas, o governo não financiava a educação. Muitas autoridades temiam que a educação dos pobres pudesse levá-los à agitação, só em 1833 começou-se a destinar recursos para o ensino fundamental. E, em 1891, as escolas tornaram-se gratuitas e obrigatórias. A educação formal na primeira metade do século XIX não ia muito além das primeiras letras. Isto, no entanto, não significava que foi um período de atrofia intelectual da classe trabalhadora.

Segundo Thompson *"as cidades, as vilas, os vilarejos, fervilhavam com a energia do auto-didatismo. A partir de técnicas elementares de alfabetização, os trabalhadores, os artesãos, os lojistas, padres e professores se auto-instruíam, sozinhos ou em grupo"*.⁶

Liam-se não só textos bíblicos, autores clássicos da política e da literatura, jornais e boletins operários eram consumidos vorazmente. Os não alfa-

betizados percorriam quilômetros para participarem de sessões de leitura e de discussões políticas.

"Podemos afirmar que naquele período, dois entre três trabalhadores ingleses podiam ler de alguma forma, embora poucos pudessem escrever".⁷

Os Movimentos que antecederam Rochdale

Fortes movimentos sociais antecederam a fundação da sociedade dos pioneiros de Rochdale. A revolta dos trabalhadores contra as condições de vida e de trabalho impostas pela burguesia deflagrou-se desde que o desenvolvimento industrial teve início. Destes movimentos, os dois que mais influenciaram o cooperativismo foram:

O Cartismo

Ao movimento cartista aderiram trabalhadores e radicais intelectuais em torno de uma plataforma de reformas políticas. Nas décadas de 1830-1840, os cartistas lutaram por medidas como:

- a) sufrágio universal masculino;



- b) voto secreto;
- c) fim da exigência de propriedade para os candidatos a membros do Parlamento;
- d) eleições anuais para o Parlamento.

O programa cartista perdurou até o fim do século quando todas as suas reivindicações foram aceitas com exceção das eleições anuais. O grande momento do movimento ocorreu em 1848 quando o Irlandês O'Connor organizou uma manifestação popular e apresentou ao Parlamento em abaixo-assinado com 2 milhões de assinaturas.

Engels caracterizou o cartismo como *"a forma condensada da oposição à burguesia...um movimento essencialmente operário que não estava nitidamente separado da pequena burguesia radical"*.⁸

O Owenismo

A busca por uma sociedade baseada na cooperação e não na competição é contemporânea do liberalismo que defendia a tese de que o interesse pessoal e os impulsos naturais de competição estimulavam a atividade econômica e garantiam a produção de mais bens a menor custo,

beneficiando toda a nação.

Em 1799, Robert Owen (1771-1858) tornou-se sócio e administrador das manufaturas de algodão em New Lanark, Escócia. Revoltado com os maus tratos infligidos aos trabalhadores, Owen decidiu melhorar suas vidas e mostrar que era possível fazê-lo sem prejuízo dos lucros. Assim, elevou os salários, ofereceu melhores condições de salários, passou a não admitir crianças menores de 10 anos, deu aos trabalhadores moradia, alimentos e roupas decentes.

A partir de experiências como a de New Lanark, os owenistas elaboraram minuciosamente os fundamentos de suas idéias:

- a) o trabalho é a fonte de toda a riqueza e portanto é a classe trabalhadora que cria toda a riqueza;
- b) embora os trabalhadores sejam os produtores da riqueza, ao invés de serem os mais ricos, são os mais pobres, e assim sendo, não podem receber apenas recompensas pelo seu trabalho;
- c) viver em comunidade sob os princípios da cooperação mútua, da posse comum e da igualdade de direitos.

Levando à prática estas idéias, os



owenistas propunham como diretrizes para a cooperativa que os cooperativados se protegessem mutuamente contra a pobreza através de um capital comum, a ser constituído a partir de uma subscrição semanal, que formaria um fundo, e o investimento deste capital em atividades comerciais, afim de gerar trabalho para seus membros.

Owen defendia que *“toda a ordem econômica e social deveria ser substituída por um novo sistema baseado na convivência harmoniosa e não na competição”*. Rompendo suas ligações com o sindicalismo e com as experiências cooperativistas em seu aspecto mercantil *“Owen tornou-se um visionário”*.⁹

O movimento Owenista atravessou embates internos profundos. Os socialistas defendiam um novo “sistema social” e os outros defendiam o owenismo como uma nova religião racional. Em 1839, os socialistas assumiram a direção da comunidade de Queenswood, que passou a se chamar Harmony Hall, e começaram a por em prática os princípios da nova vida. Apesar das divergências, a comunidade começou a funcionar graças ao apoio de alguns ricos convertidos ao Owenismo. No entanto, com o passar do tempo, os conflitos surgi-

ram. Alguns defendiam a igualdade total entre os pobres e ricos e os outros, os ricos, não quiseram abrir mão do padrão de vida a que estavam acostumados.

Por exemplo, empregando trabalhadores domésticos para os serviços caseiros.

Queenswood fechou em 1846. Dentre os motivos, os mais relevantes foram:

- fim do apoio financeiro dos sócios mais ricos;
- divisão entre ateus e não ateus;
- divergências entre lideranças com relação à capacidade dos trabalhadores exercerem auto gestão.

Segundo Thompon,

“o Owenismo foi a primeira das grandes doutrinas sociais a criar no imaginário popular a aceitação das máquinas da revolução industrial pois mostrou para as massas que não era a máquina em si o motivo do lucro mas sim o controle do capital social e que a alternativa era o controle social em base cooperativas”.

O que o movimento Owenista tem a ver com o movimento cooperativista?

Metade dos pioneiros de Rochdale vi-



nham de uma corrente do movimento owenista. "Podemos afirmar portanto que Rochdale é fruto da decepção de uma parte dos Owenistas com o seu líder".¹⁰

A fundação de Rochdale

Rochdale era uma cidade de tecelões auto-educados, orgulhosos de suas tradições e confiantes no seu valor. Assim, não é de surpreender que tenham sido os trabalhadores de Rochdale os responsáveis por terem a iniciativa da formulação dos princípios que até hoje regem uma sociedade cooperativa.

Antes de fundarem a loja, que se localizava numa rua chamada Toad Lane, os pioneiros haviam percorridos vários outros caminhos: na comunidade Owenista, na militância cartista, nos movimentos religiosos e sindicais. Além disto, todos tinham participado das greves de 1842-1844. Com a derrota do movimento grevista, decidiram aplicar os dois pences que recebiam por semana no sindicato dos tecelões na fundação de uma loja cooperativa.

Seus objetivos iniciais iam além da simples criação de uma empresa de consumo. Almejavam abrir a loja, construir casas para seus sócios e fábricas para dar

trabalho aos desempregados. Conseguiram fazer tudo isto. Mas, seus terrenos e a construtora tiveram problemas porque os inquilinos não puderam arcar com as prestações e as empresas, que adotavam princípios de autogestão e de divisão de lucros, foram compradas por outros acionistas. O insucesso do projeto fez com que posteriormente os pioneiros se restringissem a incentivar as cooperativas de consumo.

Criado em 1844 por 28 trabalhadores, Rochdale tinha, já em 1848, 140 membros. E, 1849, com a falência do principal banco da região, passou a ter 390 enquanto o capital da cooperativa subiu de 30 libras para 1194 libras. No primeiro ano, o total de retiradas foi de 710 libras. Em 1860, com 3450 sócios, o capital era de 152.000 libras.

No momento de sua fundação, a loja abria apenas duas tardes por semana e o Comitê dirigente se reunia uma vez por semana em uma sala emprestada, já que o espaço da loja era por demais pequeno. Em 1845, a loja já abria todas as tardes e passava a vender também chá e tabaco. Em 1860 contrataram serviços de sapateiro, alfaiate e passaram de mercado atacadista para o de varejo.

Os objetivos imediatos para fundação de Rochdale foram:



- compra e divisão coletiva de uma cesta de suprimentos (já praticada por outros movimentos);
- criação de uma sociedade cooperativa (prática também já conhecida na época).

Como vemos, uma parte dos movimentos para a criação de Rochdale não era novidade. O novo foi quando se tentou encontrar uma solução para a questão “*O que fazer com a sobra ?*”.

Para chegar à resposta, os pioneiros articularam uma série de princípios que isoladamente não eram novos mas que no seu conjunto foram revolucionários:

1. CONTROLE DEMOCRÁTICO, UM SÓCIO, UM VOTO.
2. ADESÃO ABERTA DE NOVOS MEMBROS NO MESMO PÉ DE IGUALDADE DOS ANTIGOS.
3. JUROS LIMITADOS OU FIXADOS SOBRE O CAPITAL SUBSCRITO.
4. DISTRIBUIÇÃO DE PARTE DO EXCEDENTE PROPORCIONAL ÀS COMPRAS.
5. VENDAS À VISTA, SEM CREDIÁRIO.
6. VENDA SÓ DE PRODUTOS PUROS, NÃO ADULTERADOS.
7. NEUTRALIDADE POLÍTICA E RELIGIOSA.

O primeiro princípio veio do movimento cartista. O segundo foi criado para evitar que os sócios mais antigos tivessem mais privilégios. O terceiro vem da experiência owenista de distribuir, entre os trabalhadores, uma remuneração pré-fixada.

A proibição de vendas à crédito originava-se de uma experiência frustrada: em 1833-35 eles tinham aberto uma cooperativa que faliu porque concedeu muito critério aos seus membros.

É importante salientar o caráter aglutinador do princípio referente à neutralidade política e religiosa e ao compromisso da venda de produtos não adulterados.

A neutralidade religiosa foi a forma política que os pioneiros encontraram para se diferenciar da religião racional de Owen e do ateísmo militante, embora com muita penetração entre os operários. A neutralidade política significava neutralidade entre as correntes rivais do movimento dos trabalhadores.

Quanto à venda de artigos adulterados, podemos imaginar quanto foi significativa a partir de uma descrição feita por Engels sobre como era o consumo dos mais pobres naquela época:

“Nas grandes cidades inglesas, pode-



se ter tudo e da melhor qualidade, mas isto custa muito caro...Na maior parte dos casos, os trabalhadores só recebem o pagamento no sábado à noite e por isso só chegam ao mercado quando os mais ricos já escolheram o que havia de melhor ...As batatas compradas estão murchas, o queijo é velho, o toucinho rançoso, a carne magra, velha e dura, às vezes proveniente de animais mortos ou doentes..."¹¹.

Birchall¹² chega a afirmar que

"a comida podia ser submetida à vontade pelos produtores, usava-se cal para branquear o trigo... colocava-se água na cerveja e para lhe dar sabor, usavam ópio"

Os movimentos que antecederam Rochdale buscavam a utopia da construção de uma nova sociedade. A história que lhes dá continuidade é internacional e marcada por inúmeras trajetórias individuais e de classe, por conquistas e derrotas. Da organização de cooperativas de consumo que vai até a I Guerra Mundial, passando pelas cooperativas dos estados socialistas, pelos kibbutz de Israel no pós-II Guerra e pela descoberta dos movimentos da juventude dos anos 60, chegamos aos dias atuais em que uma nova história está sendo construída com a participação de todos nós. ■

Bibliografia

- BIRCHALL, J. The international co-operative movement. Manchester and New York, 1997
- COLE, G. D. H. A century os co-operation. London, 1944.
- CRAIG, John G. The nature of co-operation. Black Rose Books, London, 1993.
- DUBY, G. e PERROT, M. História das mulheres, o século XIX. Afrontamento, Porto, 1991.
- ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. 2ª ed., Global Ed., 1985.
- HOBBSAWN, E. J. Mundos do trabalho. Paz e Terra, São Paulo, 2ª ed., 1987
- HOBBSAWN, E. J. A Era das Revoluções, 1789-1848. Paz e Terra, 4ª ed., 1982
- SINGER, P. A formação da classe operária. Atual, São Paulo, 1985.
- SINGER, Paul. Uma utopia militante. Repensando o Socialismo. Vozes, Petrópolis, 1998.
- THOMPSON, E.P. The making of the English working class.

Notas

- 1 SINGER, Paul. "Uma utopia militante. Repensando o Socialismo. Vozes, Petrópolis, 1998.
- 2 HOBBSAWN, E. J. "Mundos do trabalho". Paz e Terra, São Paulo, 2ª ed., 1987
- 3 ENGELS, F. "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra". 2ª ed., Global Ed., 1985.
- 4 MARX, K., ENGELS, F. "O Manifesto Comunista". Coleção Leitura. Paz e Terra, São Paulo, 1999.
- 5 HOBBSAWN, E. J. "A Era das Revoluções".
- 6 THOMPSON, E.P. "The making of the English working class".
- 7 Idem.
- 8 ENGELS, F. Idem.
- 9 COLE, G. D. H. "A century os co-operation". London, 1944.
- 10 Idem.
- 11 ENGELS, F. Idem.
- 12 BIRCHALL, J. The international co-operative movement. Manchester and New York, 199



A aparência apresentada como imagem refletida do desejo, na qual caímos

Wolfgang Fritz Haug

A manifestação promete mais, bem mais do que ela jamais poderá cumprir. Nesse sentido, ela é a aparência na qual caímos. O contato *d'As mil e uma noites* em que ocorre a bela aparência na qual "caímos" – e não no sentido figurado –, liga-a significativamente ao capital mercantil.

É a história da cidade de Messing¹. Cercada por altas muralhas de pedras escuras, com os portões bem encaixados, de modo que não se pudesse, mesmo querendo, distingui-los do muro, estava a cidade de Messing, que por causa de seus telhados, era chamada de Messing andaluza, no meio do deserto, como um cofre cheio de capital-mercadoria do comércio de luxo. Os enviados do califa fizeram uma escada, uma vez que não se podia encontrar o portão. Uma pessoa subiu "até chegar lá em cima; em seguida aprumou-se, olhou fixamente para a cidade, bateu palmas e gritou o mais alto que pode: 'Como você é bonita! E jogou-se para dentro da cidade; lá, foi completamente triturada até os ossos. O emir Mûsa, porém disse: 'Se um homem sensato age assim, o que faria então um louco?'

A cada vez que alguém sobe, a cena se repete, até a expedição perder doze homens. Por fim, subiu o único que conhecia o caminho para Messing e também o caminho de volta para casa, o sheik Abd es-Samad, "um homem sábio, muito viajado ... um ancião bastante delibitado pelas fugas e pela





passagem dos anos". Se ele também caísse no encanto, toda a tropa estaria perdida. Ele subiu a escada, "invocando incessantemente o nome de Alá, o sublime, e rezando os versos da salvação até chegar em cima do muro. Lá ele bateu palmas e olhou fixamente para frente. O povo, contudo, gritou: 'Oh, sheik Abd es-Samad, não faça isso! Não se jogue lá embaixo!'... Ele, então, começou a rir e ria cada vez mais alto".

Mais tarde, ele explicou que descobrira a superficialidade da aparência: "De cima do muro vi dez virgens despidas acenando para mim com as mãos pedindo para eu descer; pareceu-me que havia um local cheio de água logo abaixo". O encanto da ilusão sexual – uma atração arrasadora em uma cultura na qual as mulheres deviam andar cobertas com véus – se desfez em razão da sua devoção e sobretudo da sua idade... "Certamente", conclui, "é um encanto pérfido inventado pelos habitantes da cidade para afastar quem quisesse olhá-la ou então invadi-la". A aparência na qual caímos foi inventada aqui, com base na perspectiva da posse do valor de troca. O que cai nela é um desejo impulsivo. Os que saltam do muro fazem-no partindo de um ponto de vista crédulo do valor de uso.

A história da cidade de Messing conhece ainda um outro aspecto da contradição entre valor de uso e valor de troca, desta vez com a queda daqueles que se deslocam na perspectiva do valor de troca. É que a cidade é povoada apenas por cadáveres enrugados, e fica-se sabendo também a razão: faltou, afinal, aos proprietários e aos habitantes o valor de uso vital em meios aos seus valores de troca incomensuráveis. Durante sete anos não tinha caído uma gota de chuva; a vegetação havia acabado e todas as pessoas tinham morrido de fome.

A aparência na qual caímos é como um espelho, onde o desejo se vê e se reconhece como objetivo. Tal como em uma sociedade capitalista monopolista, na qual as pessoas se defrontam como uma totalidade de aparências atraentes e prazerosas do mundo das mercadorias, ocorre por meio de um engodo abominável algo estranho e pouquíssimo considerado em sua dinâmica. É que seqüências intermináveis de imagens acercam-se das pessoas atuando como espelhos, com empatia, observando o seu íntimo, trazendo à tona os segredos e espalhando-os. Nessas imagens evidenciam-se às pessoas os lados sempre insatisfeitos de seu ser. A aparência oferece-se como se anunciasse a satisfação; ela descobre alguém, lê os seus desejos em seus olhos e mostra-os na superfície da mercado-



ria. Ao interpretar as pessoas, a aparência que envolve a mercadoria mune-a com uma linguagem capaz de interpretar a si mesma e ao mundo. Logo não existirá mais nenhuma outra linguagem, a não ser aquela transmitida pelas mercadorias. Como é que alguém, constantemente assediado por uma coleção de imagens de desejos já previamente desvendadas, se comporta e, sobretudo, se modifica? Como é que alguém, que sempre obtém o que deseja – mas somente enquanto aparência –, se modifica? O ideal da estética da mercadoria seria manifestar o que mais nos agrada, do que falamos, o que procuramos, o que não esquecemos, o que todos querem, o que sempre quisemos. O consumidor é servido sem resistir, seja por parte do aspecto mais marcante, mais sensacional ou do mais desprezioso e mais cômodo. Serve-se com a mesma deferência tanto a avidez quanto a preguiça. ²

Haug, Wolfgang Fritz. 1997.

A aparência apresentada como imagem refletida do desejo, na qual caímos. In: Crítica da Estética da Mercadoria. Tradução: Erlon José Paschoal. São Paulo. Fundação Editora da UNESP. Págs.: 76-78 e 83-84.

Notas

1. As mil e uma noites. Trad. Por Enro Littmann. Wiesbaden, 1953, v.4, p. 233-55.

2. Toda vez que o princípio de dominação através da servidão solicita reprime o tradicional, fazendo-o quase sempre desaparecer, ocorrem momentos nos quais o agente do capital lucrativo reflete melancolicamente sobre o curso dos tempos e se entrega aos bons velhos tempos. Quando o truste Oetker, depois de quatro anos de trabalho para o desenvolvimento da manifestação, lançou uma nova marca de cerveja no mercado, o comentarista do caderno econômico do Frankfurter Allgemeine Zeitung analisou: "E mais uma vez fica claro para nós em que mundo vivemos. Hoje, uma cerveja é projetada em uma prancheta e construída 'como sabão em pó ou um rádio'. Acabou-se o tempo em que o bravo mestre cervejeiro fabricava, de acordo com as normas dos antigos mestres, nada mais que suco de cevada. Quem pede hoje ao garçom uma cerveja, recebe um artigo de marca pensado em formas aerodinâmicas". Melancolicamente termina o comentário: "brindemos e bebamos aos velhos tempos de produção de cerveja, quando ela era apenas cerveja e nada mais" (Frankfurter Allgemeine Zeitung, 8.9.1971). As pesquisas laboratoriais do grupo Oetker, no desenvolvimento de sua marca nacional de cerveja, a Prinz Pilsener, orientaram-se desde o princípio rumo a um produto, chamado Marketing-Mix. Com isso ficou evidente que o seu corpo de mercadoria líquida deveria ser construído a partir da concepção da "recepção" e das campanhas publicitárias. Depois de mais uma vez ter ficado claro para o comentarista do Frankfurter Allgemeine Zeitung em que mundo ele vive, e de ele ter bebido sua melancolia junto com o Marketing-Mix, ele pode voltar para sua fábrica jornalística diária – se pudermos julgar com base no jornalismo do Frankfurter Allgemeine Zeitung – de confundir sistematicamente para assegurar o domínio do mundo do grande capital; prática essa que cria normalmente tais pretextos para ocasionais melancolias produzidas em série.

Para reflexão...

Iram Jácome Rodrigues

De um ponto de vista mais geral, as transformações no mundo do trabalho são decorrências de transformações que estão presentes no âmbito da economia (mercado), da política (Estado) e no interior da sociedade com repercussões nas relações de trabalho e na ação sindical... Há uma transformação na estrutura do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que está em marcha uma reformulação do sistema de rela-

ções de trabalho que, independentemente das diferenças setoriais, acompanha, em alguma medida, as tendências internacionais... a bibliografia tem mostrado que essas transformações mais gerais estariam criando as condições para um novo paradigma do trabalho. Além de levar a um redimensionamento do papel e das funções do Estado no mundo atual e das mudanças na esfera política, esse mo-





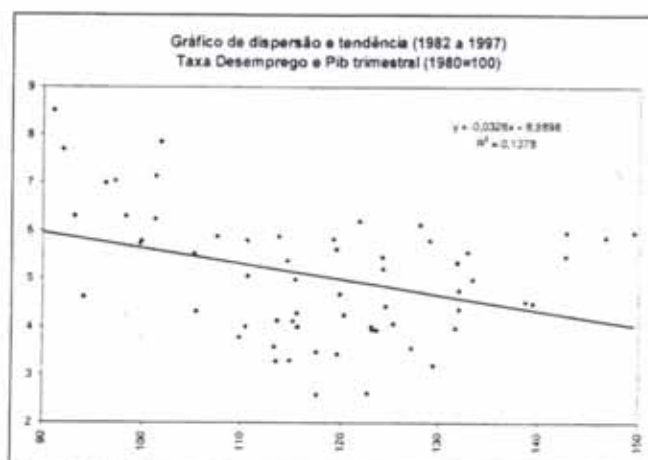
vimento implica alterações no papel do trabalho na sociedade contemporânea, capitaneada pela ideologia da “primazia” do mercado, que se caracteriza por mudanças nas formas de gestão e organização da produção, levando a um aumento da produtividade e competitividade das empresas e ocasionando uma redução significativa do emprego industrial.

Os gráficos 1, 2 e 3, a seguir, ilustram essas transformações em um âmbito mais amplo: o conjunto dos setores primário, secundário e terciário para todo o Brasil. Os dados do IBGE¹, referentes ao período 1982 a 1997, mostram a relação entre taxa de desemprego e PIB trimestral. Segundo os referidos dados, a hipótese de que ocorreu uma mudança estrutural, que teve profundas repercussões sobre o emprego a partir de 1990, é confirmada. Vale dizer, antes de 1990 o comportamento do desemprego, à medida que aumentava o PIB, tendia a diminuir. Já no período que vai de 1990 a 1997, é o inverso que acontece. Assim, “a partir de 1990 o **desemprego tende a crescer, mesmo com crescimento da renda.**” Isso significa que ocorreu uma mudança ex-

pressiva na economia brasileira, que teria transformado completamente, nos anos 90, a relação entre as duas variáveis mencionadas: taxa de desemprego e PIB.

Os aspectos supracitados ajudam a compreender algumas das razões pelas quais a questão do emprego transformou-se em um tema fundamental para a agenda sindical, como sublinhamos anteriormente, ao mesmo tempo que lança algumas luzes para o entendimento das mudanças que estariam ocorrendo no padrão de ação sindical dos trabalhadores brasileiros, em especial aqueles abrigados no interior da Central Única dos Trabalhadores e que deram luz a um movimento denominado, na sua origem, de **novo sindicalismo**.

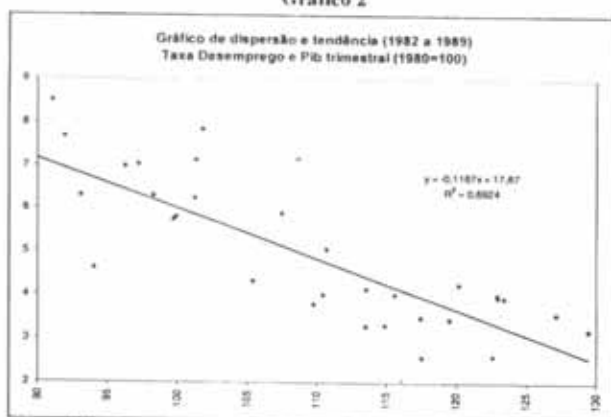
Gráfico 1



Fonte: Hélio Zylberstajn.

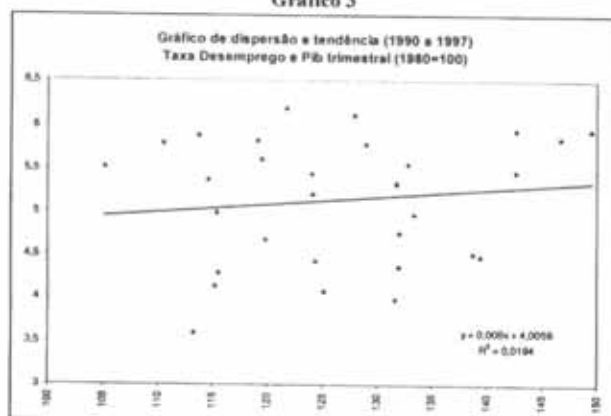


Gráfico 2



Fonte: Hélio Zylberstajn.

Gráfico 3



Fonte: Hélio Zylberstajn.

Enfim, o que os gráficos sugerem, para o caso brasileiro e, em especial, para a década de 90, é que ocorreu uma mudança significativa na relação entre em-

prego e crescimento do produto. Em outras palavras, o crescimento econômico é um dos aspectos a se levar em conta se se deseja solucionar o problema do desemprego, mas não tem mais o condão de ser mola propulsora, como no período anterior, para a resolução desta questão. Hoje, há muitos outros fatores que interferem nesta dinâmica, como, por exemplo, o processo de nacionalização e/ou desnacionalização da produção; a relação importação/exportação; as mudanças especificamente técnicas na atividade produtiva e novas formas de organização e gestão do trabalho, entre outros... De outra parte, a redução setorial do emprego, provocada pela absorção de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, não é compensada, em geral, pelo aumento da ocupação nos demais setores da atividade econômica. Além disso, no caso brasileiro, observa-se o aumento da diferenciação das situações de emprego (trabalho temporário, subcontratação/terceirização, trabalho parcial, a domicílio, etc)...

Trecho extraído de: Rodrigues, Iram Jácome. 1999. *O Novo sindicalismo – vinte anos depois*. Págs. 80 a 83.



Os Princípios da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

Diva B. Pinho

Em 1995, no Congresso realizado em Manchester, a ACI estabeleceu os princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, resumidos nas sete proposições a seguir:

- 1.** Associação voluntária e aberta: ou seja, podem associar-se a cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
- 2.** Controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. E enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados.





- 3.** Participação econômica dos membros: ou seja, controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembléia Geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que associa-se à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderão, ainda, ser criadas outras contribuições – para fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados.
- 4.** Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela ACI de que a cooperativa é uma associação de ajuda-mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados.
- 5.** Educação, treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade.
- 6.** Cooperação entre cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.
- 7.** Preocupação com a comunidade: ou seja, os membros das cooperativas, devem aprovar políticas especiais com

